

Paternidade de programa gera bate-boca

GEORGE ALONSO E
CÉSAR FELÍCIO

SÃO PAULO E BRASÍLIA — O conflito entre petistas e tucanos sobre a iniciativa dos programas de renda mínima está cada vez mais acirrado. Ontem, ao anunciar o lançamento de projeto do gênero pelo governo, o ministro da Educação, Paulo Renato, foi direto e irônico: "Podemos até fazer um exame de DNA para mostrar que a idéia inicial não partiu do PT." E arrematou: "Vos mesmos podem checar a paterni-

dade do programa, assistindo a uma fita de vídeo em que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimenta o ex-prefeito de Campinas pelos resultados do programa", disse, referindo-se a Roberto Teixeira, que implantou o programa em 1995.

Em resposta ao desafio do ministro, o coordenador-adjunto do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jorge Mattoso, comentou: "Acho muito bom que o governo Fernando Henrique comece agora a adotar uma série de políticas sociais que já constavam do progra-

ma do PT em 1994." E ainda perguntou: "Por que só agora? Não fez por quê, por que não fez?", em referência aos quatro anos de mandato do presidente, prestes a vencer. Para Mattoso, economista e também professor da Unicamp, o governo não corre atrás só do programa do PT. "Ele [Fernando Henrique] corre atrás também de sua própria inércia e incompetência", criticou.

Para a cúpula da coligação União do Povo Muda Brasil, o governo tenta, às vésperas da eleição, recuperar o tempo perdido. "É de um oportunismo

descarado", disse ontem a historiadora Ana Fonseca, coordenadora da área de educação do programa petista. "O presidente sancionou a lei no final do ano passado. Por que só agora está sendo regulamentada? Além disso, é inegável que o programa de renda mínima é do senador Eduardo Suplicy, que lançou a idéia em 1991."

Além disso, segundo ela, o programa lançado ontem pelo governo, baseado na proposta do deputado federal Nelson Marchezan (PSDB-RS), "é excludente". "Não atende 40% dos municípios e as regiões metropolita-

nas, onde há concentração da pobreza", disse ela, que é professora do Instituto de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A lei, explica Ana Fonseca, prevê que serão beneficiados pelo programa apenas os municípios que têm receita tributária e renda familiar per capita inferior à média do estado. Segundo ela, pode acontecer uma situação desigual, envolvendo inclusive pequenas diferenças de arrecadação entre cidades vizinhas. "O pobre de uma será beneficiado e o de outra, não", exemplificou.

■ As experiências internacionais de renda mínima serão apresentadas hoje e amanhã em um seminário coordenado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do primeiro projeto brasileiro a tratar do tema, datado de 1991. "Existem hoje diversos formatos deste tipo de programa. Queremos saber qual deles é mais eficiente para combater o desemprego, acabar com o trabalho infantil e erradicar a miséria", explica o senador. O seminário contará com parlamentares de Portugal, Venezuela, Argentina, África do Sul e Espanha.